

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 1999

Altera a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que “institui o Fundo de Terras da Reforma Agrária – Banco da Terra – e dá outras providências”.

Autor: Deputado MÁRCIO BITTAR e Outros

Relator: Deputado FETTER JUNIOR

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Márcio Bittar e Outros objetiva alterar os arts. 1º e 10, da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras da Reforma Agrária, o Banco da Terra.

A alteração do 1º visa a ampliar o universo de beneficiários dos recursos do Fundo, com a inclusão dos técnicos de nível médio e superior com formação em ciências agrárias, que comprovem insuficiência de rendimentos para o sustento próprio e de suas famílias. Os pretendentes aos financiamentos pertencentes ao novo grupo de beneficiários, segundo a proposta, não poderão receber mais de 20% do montante total dos recursos do Fundo.

Propõem, ainda, os ilustres autores da proposição a inclusão das entidades representativas dos beneficiários, constituídas em associações ou cooperativas, com personalidade jurídica, entre os beneficiários dos financiamentos do Fundo – Banco da Terra.

Distribuído inicialmente à Comissão de Agricultura e Política Rural, que o aprovou quanto ao mérito, o projeto vem à apreciação desta

Comissão de Finanças e Tributação, para exame de adequação orçamentária e financeira e de mérito, devendo, a seguir, ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Examinada a proposição quanto ao mérito, entendemos que atende aos requisitos de conveniência e oportunidade necessários à sua aprovação, de vez que a inclusão entre os beneficiários potenciais dos financiamentos concedidos com recursos do denominado Banco da Terra, tanto dos técnicos com formação em ciências agrárias como dos membros de associações e de cooperativas de produtores rurais, ensejará, seguramente, a mobilização produtiva de áreas propícias à exploração agropecuária.

Pode-se prever, portanto, que o direcionamento parcial dos recursos do Fundo em questão para os novos beneficiários possa gerar utilização mais intensiva e racional dos espaços agrícolas, levando à obtenção do conhecido efeito multiplicador para a economia do setor primário, resultante de sua dinamização, que é a resposta comumente obtida ao aprimoramento dos instrumentos de fomento estatais, como o proposto no projeto de lei em exame.

Cabe a esta Comissão, ainda, apreciar a proposição quanto a sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno desta Casa, arts. 32, IX, *h*, e 53, II, bem como da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996, que “estabelece procedimentos para o exame da compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”.

O exame do projeto levou-nos a formar a convicção de que sua aprovação não provocará qualquer efeito sobre a receita ou a despesa públicas, bem assim que não contraria as normas orçamentárias vigentes, razão pela qual entendemos que a matéria não têm implicação financeira ou orçamentária.

Diante do exposto, não cabe manifestarmo-nos quanto à adequação orçamentária ou financeira, e, no que diz respeito ao mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 56, de 1999.

Sala da Comissão, de de 2001.

DEPUTADO FETTER JUNIOR
Relator